

ATAS DO SIMPÓSIO SÔBRE A BIOTA AMAZÔNICA

VOL. 2: ANTROPOLOGIA



Belém, Pará, Brasil, Junho 6-11, 1966

EDITOR: HERMAN LENT

Publicado pelo
CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS
RIO DE JANEIRO, GB
1967

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
<http://www.etnolinguistica.org/biota>

O ESTUDO DAS COMUNIDADES AMAZÔNICAS

CHARLES WAGLEY

Columbia University, New York, U.S.A.

Apesar dos inúmeros volumes escritos por viajantes, naturalistas, geógrafos, etnógrafos, historiadores, folcloristas, e outros, que tratam da ocupação humana do vale do Amazonas, o estudo da comunidade humana tem sido mais ou menos esquecido. Isso é especialmente verdade se nos limitarmos à pesquisa que utiliza o método moderno de estudo de comunidade. Esse método conforme diz Conrad Arensberg, "é aquele... em que o problema é examinado em confronto ou dentro do meio que condiciona o comportamento e atitudes dos indivíduos que integram a vida de uma determinada comunidade. Tem por objetivo estudar o comportamento e as atitudes *in vivo* pela observação e não *in vitro* por separação e abstração ou experimentalmente como um modelo." (ARENSBERG & KIMBALL, 1965: 29). Em outras palavras, o estudo de comunidade descreve e analisa as realidades da vida dentro do contexto de uma unidade natural

da sociedade humana — a comunidade. É concreto, específico e empírico, mas, também, analítico e teórico.

O método de estudo de comunidade usado pelos antropologistas e sociólogos implica um conhecimento íntimo da comunidade estudada. O pesquisador, ou a equipe de pesquisadores terá que viver numa determinada comunidade por muitos meses — freqüentemente um ano ou mais. Ele usa a técnica bem conhecida de pesquisa antropológica do "observador participante" — que é a aprendizagem pela experiência de primeira mão vivendo a vida da comunidade. O pesquisador entrevista também muitos indivíduos em tôdas as posições da hierarquia da comunidade. Pode ainda utilizar técnicas do questionário e mesmo lançar mão de material impresso em periódicos, jornais ou existentes em arquivos locais. Como exemplos de estudos de comunidade modernos no Brasil citaremos o estudo de Cunha em

São Paulo, por WILLEMS (1942); o de Itapetinga, em São Paulo, por NOGUEIRA (1962); o de Minas Velhas na Bahia, por HARRIS (1956); e o estudo realizado por mim e GALVÃO de uma pequena comunidade do Vale do Amazonas em... 1948-49 (WAGLEY, 1964; e GALVÃO, 1955).

Tais estudos de comunidade apresentam vários problemas. Entre eles gostaria de salientar apenas dois. Primeiramente, o problema da "unidade de estudo". O que é uma comunidade humana em determinada região do globo? Será uma grande cidade como Belém ou Manaus? Será uma cidade sede de um município? Será um barracão comercial cercado de casas espalhadas em volta onde residem famílias que se acham ligadas ao seringueira pelo crédito e outros laços econômicos? Será talvez um pequeno agrupamento de roceiros — ou será, todavia, uma grande fazenda de gado?

Em segundo lugar, pergunta-se qual é a relação da unidade a ser estudada com a sociedade regional maior? As comunidades modernas não são unidades sociais isoladas como as tribos. De alguma forma elas participam da vida regional econômica, política, religiosa e social. São acima de tudo o resultado da história da região a que pertencem. Assim, qualquer que seja a unidade que se escolha é possível

estudá-la como um fenômeno isolado sem se levar em consideração o panorama social da região a que ela pertence.

Gostaria de examinar aqui esses problemas do estudo de comunidade naquilo em que se relaciona com a Amazônia. Para isso tomarei esses problemas em ordem inversa. Analisarei, primeiramente, a formação das comunidades amazônicas através da história e, assim fazendo, procurarei relacionar as mesmas ao cenário regional. Em segundo lugar, desejaria apresentar um "modelo" esquematizado de comunidade amazônica para pesquisa futura.

II

Da trama complexa de seu meio-ambiente, herança cultural e fatores históricos, cada região do mundo tem produzido um tipo peculiar de comunidade humana. As características bem marcadas da região amazônica, em seu meio-ambiente, história e cultura, produziram um tipo distinto de comunidade humana. A evolução e formação da comunidade na Amazônia processou-se em vários períodos históricos. Cada um desses períodos foi marcado por um conjunto de circunstâncias significativas que contribuíram para modificar a estrutura da comunidade. Deve-se observar que o processo social ca-

racterístico de uma época nem sempre terminou com a época definida, estendendo-se muitas vezes até a época atual.

GALVÃO, em seu conhecido estudo da vida religiosa de uma pequena comunidade, nos fornece uma excelente história esquemática da formação da cultura regional amazônica (1955: 148-173). Em geral os períodos históricos de GALVÃO e as diferentes influências sociais sofridas em cada período aplicam-se à formação e transformação da comunidade amazônica. O resumo histórico que se segue, apoia-se bastante na reconstrução de GALVÃO sem, contudo, identificar-se com ela. (Devo acrescentar que ambos os trabalhos baseiam-se em grande parte em REIS, 1942).

Ao meu ver distingue-se na história amazônica cinco épocas ou períodos cada qual marcado por processos característicos.

1. *Primeiras Comunidades Luso-Brasileiras 1600-1754*

Esse período é caracterizado pela exploração por europeus do Vale do Amazonas e pela continuação dos contatos iniciais dos mesmos com os povos indígenas, iniciados no século 16. Porém, mais importante ainda, foi nesse período que os portugueses iniciaram o estabelecimento de colônias permanentes na Amazônia. Essas colônias, em

geral, tomaram a forma de uma fortificação ou de uma sede de missão religiosa. A fim de repelir a intrusão de holandeses, franceses e ingleses (que ali haviam estabelecido postos militares), os portugueses construíram fortes em vários pontos estratégicos, ao longo tanto do alto como do baixo Amazonas (estes com o fito de impedir o avanço espanhol). Em volta desses fortes uma população variada ia crescendo, composta de índios catequizados, mercadores portugueses, e até mesmo colonos. Tornaram-se os núcleos de futuras pequenas cidades e o refúgio da população rural.

Da mesma forma, em outras localidades estratégicas ao longo das vias fluviais, os missionários católicos iam estabelecendo suas missões ou "aldeamentos". Quer fossem Jesuitas (sul do Amazonas), Franciscanos (norte do Amazonas), Carmelitas, ou de outra Ordem, o que os missionários católicos procuravam era a catequese dos índios e sua sujeição. Os missionários encontravam-se em desacôrdo fundamental com os militares e os poucos colonos. Queriam proteger a população indígena contra a autoridade civil-militar, que buscava o índio como mão-de-obra. Como diz o escritor americano NASH, estabeleceu-se uma luta "entre o caçador de escravo brasileiro que queria o corpo do índio e os Je-

suitas que queriam a sua alma, luta essa em que o aborígene americano estava fadado a perder ambas as coisas" (1926: 106).

Foram os missionários que introduziram na formação da comunidade e da cultura amazônica um processo fundamental — isto é, o processo de "Tupinização" ou melhor, de "Jesuitização e Tupinização" — para cometer dois barbarismos, tanto em inglês como em português. Tendo encontrado o tupi-guarani ao longo do litoral do Brasil, acharam os missionários que esta era a língua indígena mais espalhada no país, e adotaram-na para a catequese e pregação da fé. Com a ajuda de seus colegas do sul, reduziram o tupi à forma de um compêndio europeu. Assim padronizado, tornou-se o tupi a "língua geral", a língua que deu ao Amazonas todos os seus nomes, de sua flora, de sua fauna e de seus lugares, incluindo comunidades. Índios que falavam caraíba, arauaca, tucano e centenas de outras línguas, aprendiam tupi, quando trazidos rio abaixo para os postos das missões, em "descimentos". Eram também "Jesuitizados" a medida que iam se familiarizando com o "novo regime" das missões e aprendiam o ofício de carpinteiro, de pedreiro e outros usuais na Europa.

Foi nesse período da história que a comunidade amazônica tomou

forma. Era então um forte com uma população mista em volta ou uma missão com residentes índios e grupos tribais nas cabeceiras do rio.

2. *Comunidades Civas Amazônicas* 1759-1850

O processo de formação de uma classe agrária oriunda do índio tribal do Amazonas foi acelerado pelo Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro de Portugal nos meados do século 18. Em 1755 Pombal promulgou leis assegurando a liberdade dos índios tanto em relação aos colonistas como em relação aos missionários (REIS, 1942: 37). Colônias que eram "aldeamentos" controlados por missionários, subitamente tornaram-se vilas e cidades. Cidades tais como Macapá, Oeiras, Melgação, Portel, Almeirim, Monte Alegre, Faro e muitas outras passaram a "Vilas" ou povoações civis. Ordens foram dadas para que dali por diante se falasse apenas o português em vez de "língua geral". Incentivos especiais tais como concessão de terras, ferramentas agrícolas grátis, isenção de impostos e até mesmo cargos políticos eram oferecidos a europeus que se casassem com mulheres indígenas (REIS, 1942: 40). Finalmente, em 1759, os jesuitas eram expulsos do Brasil. A política nessa época era francamente em favor da as-

simulação da população indígena. Rápido formou-se no Amazonas uma classe agrícola.

Pelos fins do período colonial, o vale do Amazonas já possuía uma série de centros burocráticos e comerciais (cidades e vilas) e uma população rural grande, de origem racial mista, vivendo sob padrões culturais derivados de uma herança ibérica e ameríndia. Embora tribos autóctonas continuassem a viver nas regiões afastadas do vale e as guerras contra os índios persistissem ainda, as comunidades à margem dos rios mais importantes já eram luso-brasileiras. O desenvolvimento dessa cultura e comunidade "creole" luso-brasileira foi perturbado pela guerra civil da *cabanagem*, que irrompeu logo depois da independência e prolongou-se por mais de sete anos (1833-1840). Os *cabanos* eram luso-brasileiros natos e orgulhavam-se da nova cultura amazônica — um deles chamava-se *Domingo Onça*. A *cabanagem* foi uma luta sangrenta, desastrosa para a vida das comunidades amazônicas — a população fugia e as cidades eram quase que inteiramente destruídas — tornou, porém, mais forte no povo o sentimento de pertencer a uma cultura regional amazônica distinta.

Pelos meados do século 19, a vida da comunidade amazônica tinha se tornado relativamente estável. Várias descrições excelentes como as

de BATES, AGASSIZ e VERÍSSIMO nos dão uma idéia exata do caráter íbero-Ameríndio da vida da comunidade amazônica.* Concordam todos quanto aos padrões básicos adotados. Apesar dos esforços de Pombal, tupi ou "língua geral", era ainda a língua básica da população rural. Até mesmo o ritual católico ainda era cantado em tupi. Contudo, por essa época, a cultura rural do Amazonas já era essencialmente ibérica. Mrs. Agassiz, por exemplo, descreve uma índia velha, horrenda, que praticava ritos estranhos, benzendo-se e atirando beijos para o interior de uma mala na qual se via uma imagem de "Nossa Senhora de Nazareth" (AGASSIZ, 1896: 181). A maioria das outras características folclóricas descritas por êsses viajantes era de origem lusitana com sugestões apenas de influência indígena.

A população rural do Amazonas — os chamados caboclos — biologicamente ainda era na maioria ameríndia — porém, culturalmente, já era luso-brasileira. Ainda assim, êsses camponeses, índios ou caboclos, eram para os europeus da cidade e vilas, semi-bárbaros e, de fato, a sua maneira de viver, era realmente muito semelhante a do índio. O lusitano e o mestiço de alta classe olhavam o caboclo com desprezo — pois eram descendentes

* BATES 1848-59, AGASSIZ 1865-66., VERÍSSIMO antes de 1878.

tes de selvagens que até recentemente haviam sido escravos.

Nessa época, a disposição física das cidades do Amazonas refletia bem o abismo social e econômico existente entre europeus e mestiços europeizados e a massa do povo descendente de índios. SMITH diz que “quase toda cidade amazônica acha-se dividida em cidade própria e aldeia; a primeira a cidade moderna; a última o agrupamento original indígena de onde ela nasceu” (1879: 118). A “cidade” era o bairro onde moravam os comerciantes, funcionários públicos, proprietários de terras, e outros elementos da alta classe, principalmente de descendência européia, ao passo que na “aldeia” viviam os “caboclos” descendentes de índio. A lembrança da dicotomia *cidade-aldeia* perdura ainda em algumas comunidades amazônicas tais como Santarém e Bragança para mencionar apenas duas. (BORDALLO DA SILVA, 1959: 5).

Até 1852, calculava-se que da população do vale do Amazonas 57% era composta de índios, 26% de mamelucos (de descendência mista de branco e índio), e o restante de negros e europeus. (Nunca houve um grande número de negros no Amazonas). (DIEGUES JÚNIOR, ... 1960: 198). Os chamados “índios” (i.e. caboclos) eram os que serviam de remadores nas canoas, os que pescavam e caçavam, os que tra-

balhavam em serviços domésticos e públicos, os que criavam gado, os que serviam nas forças armadas, os que trabalhavam nos estaleiros navais e os que colhiam nas florestas os produtos de exportação (REIS, 1942: 48). Constituíam a força básica de trabalho na comunidade amazônica, a qual era formada apenas por duas classes sociais — a classe dominante dos europeus e mestiços luso-brasileiros e a baixa dos caboclos.

3. 1850-1912. *A Era da Borracha*

Depois de 1850 um elemento novo começou a influir na vida da comunidade amazônica, isto é, a coleta e exportação da borracha silvestre. Não é necessário recontar a história do surto da borracha nos últimos anos do século 19 e na primeira década do século atual. Bastará mostrar como essa indústria afetou a comunidade amazônica e o conjunto da sociedade regional. Em primeiro lugar, ela promoveu um contato mais íntimo da região amazônica e suas comunidades com o mundo externo. Com o rio Amazonas aberto à navegação internacional, em 1857, vapores da Europa e dos Estados Unidos atracavam em Belém e Manaus para carregar. A borracha atraía gente de outras partes do Brasil e de todo o mundo. (Por exemplo, um grupo de judeus sefarditas da Áfri-

ca do Norte emigrou nessa época para o Amazonas). Em segundo lugar, o surto da borracha trouxe para quase tôdas as comunidades do Amazonas um elemento cultural nôvo e numèricamente importante — isto é, o nordestino — vindo do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e outros Estados do nordeste do Brasil. A sêca de 1877 foi uma das mais severas das que afligem periodicamente o sertão do nordeste. SMITH, que visitou o Ceará em 1879, calculou em cêrca de 500.000 o número de mortes por efeito da sêca no período de 1877-1878. Os retirantes encheram as cidades do litoral e muitos transportaram-se para o Amazonas em busca de trabalho nos seringais. Com a procura sempre crescente da borracha e continuação das sêcas no nordeste, a emigração para o Amazonas continuou aumentando sempre. Entre 1872 e 1900, o Amazonas e o Pará dobraram sua população (de 332.847 para 695.112 habitantes) e de 1900 a 1912, a população dêsses Estados (incluindo o Acre) dobrou novamente (DIEGUES JUNIOR, 1960: 207). Para êsse aumento espantoso de população a imigração do nordeste concorreu com uma grande proporção.

Êsses imigrantes, genêricamente chamados cearenses ou paróarras, eram na maior parte vaqueiros e pequenos lavradores, ao pas-

so que o caboclo do Amazonas era antes de tudo um extrator ou seringueiro cuja pequena horta ou roçado constituia apenas elemento incidental em suas atividades extrativas.

O nordestino diferenciava-se do caboclo do Amazonas em hábitos e costumes regionais. Trouxe para a comunidade amazônica um folclore diferente, novas formas de festas (provavelmente o boi-bumbá), e um nôvo elemento racial. Muitos tornaram-se pequenos comerciantes, pequenos proprietários e até mesmo artesãos. Começaram a formar uma classe média entre a aristocracia colonial amazônica e a massa da classe dos caboclos.

4. 1912-1942 *Era da Decadência*

O craque do surto da borracha em 1912 é bem conhecido. A região do Amazonas entrou num período de declínio. Todo o sistema comercial, baseado na extensão do crédito, entrou em colapso. As casas comerciais e os pequenos barracões comerciais continuaram com seus negócios em escala reduzida. A população de muitas cidades pequenas começou a decrescer, com os seus habitantes saindo para procurar trabalho em outros lugares ou voltando para o nordeste. As populações rurais fora das cidades e vilas passaram a viver novamente em isolamento, sobrevivendo com

dificuldade, da pesca, da agricultura de subsistência e extração de alguns produtos que podiam ser vendidos por preço razoável, tais como castanha-do-pará, óleo de pau-rosa, timbó e cumaru.

De 1912 a 1942 as transformações sociais e culturais na comunidade amazônica processaram-se com lentidão. A cultura híbrida do caboclo rural continuou em essência e os nordestinos que ficaram, pela influência do meio-ambiente e a falta de recursos próprios, identificaram-se com a cultura regional amazônica. A comunidade amazônica viu-se reduzida novamente a um sistema essencialmente constituído por duas classes — uma classe alta, relativamente empobrecida (conhecida como “gente de primeira”) e uma classe mais baixa constituída por caboclos e nordestinos realmente pobres (“gente de segunda”).

5. *De 1942 até o Presente. Uma Era de Transformação Social*

Foi de fato o “Discurso do Amazonas” do Presidente Getúlio Vargas, em 1946, que anunciou o período contemporâneo de transformação social para a maioria das comunidades do Amazonas. Embora tenha sido a Segunda Guerra Mundial a responsável pelo novo interesse do Brasil e do mundo pelos seus produtos e bem-estar de

seu povo. Organizações tais como SPVEA, Instituto de Pesquisas da Amazônia, SESP, e outras, exerceram nesse período uma influência considerável sobre as comunidades amazônicas. De 1942 até o presente, as transformações na Amazônia não têm sido tão dinâmicas como no sul do Brasil. (Embora tenha ouvido dizer que Belém tem mudado mais do que qualquer outra cidade brasileira). Nas cidades, porém, e nas zonas rurais, o isolamento foi quebrado. A população cresceu, há novos produtos no mercado como madeira laminada, pimenta-do-reino, juta, novidades na agricultura, estrada de rodagem que liga a Amazônia ao sul do Brasil e transporte aéreo freqüente. Nas pequenas cidades surgiu um novo segmento — alguma coisa como uma “classe média” — como diz BORDALLO DA SILVA... “a hierarquia social tão defendida antigamente não obedece agora aqueles mesmos padrões rígidos que separavam as classes (1959: 11). Embora conservando muita coisa do passado, a comunidade amazônica começa agora a adquirir algumas das características da sociedade aberta moderna.

III

Um “modelo” é uma construção abstrata derivada de dados empíricos, reduzida, porém, ao esqueleto

teórico da realidade. Um modelo, de certo modo, conserva a mesma relação para com o edifício que a planta do arquiteto. Nas ciências sociais, a construção do modelo baseia-se no estudo de casos individuais e comparação entre os mesmos. Um modelo estabelece hipótese — ou melhor — um conjunto de hipóteses — a ser modificado a medida que a pesquisa subsequente corrige ou modifica completamente o conjunto abstrato do qual se originou. Nas páginas finais de minha comunicação, procurarei apresentar um “modelo” de uma comunidade amazônica, a ser corrigido por outros, melhor informados, pesquisadores do futuro.

Primeiramente, o que é uma comunidade amazônica? * Qual a sua organização espacial e inter-relação das partes espacialmente organizadas? Uma comunidade amazônica é uma comunidade rural-urbana. Possui um *centro* urbano, embora esse centro urbano possa se limitar a apenas algumas centenas de habitantes. Esse centro é por excelência, a *sede do município* onde as atividades governamentais, burocráticas, comerciais e religiosas se concentram. Há, porém, outros conjuntos urbanos que podem

servir de centro de uma comunidade — uma serraria grande, uma *vila* em crescimento, ou mesmo um posto de missionários. Tais centros “urbanos” não precisam ser grandes; podem ter uma população pequena de duzentos habitantes ou de alguns milhares.

Ligados a tais centros urbanos há uma série de agrupamentos rurais, que fazem parte igualmente da comunidade. Tais agrupamentos, ou melhor vizinhanças, podem ter formas várias: 1) uma pequena vila ou povoado; 2) casas espalhadas ao longo de um rio ou igarapé; 3) ou ainda casas espalhadas numa grande propriedade ou fazenda. Os residentes dessas vizinhanças mantêm relações constantes e íntimas. Os moradores dessas subunidades da comunidade maior, têm um sentimento forte de solidariedade e de grupo.

Os moradores de uma vizinhança podem ser aparentados entre si. A cooperação — como as reuniões de trabalho ou “muxirão” — é coisa comum em tais vizinhanças. Às vezes essas vizinhanças possuem, também, uma organização formal baseada numa irmandade religiosa dedicada a um determinado santo. Em tais casos, os dirigentes das irmandades são os líderes das vizinhanças. Existem outras vizinhanças que possuem apenas uma organização social rudimentar ou até mesmo que não possuem orga-

* Convém assinalar de que não me refiro aqui a Belém ou Manaus ou mesmo Santarém — mas sim de uma “pequena comunidade” (*little community*) na maneira descrita por REDFIELD (1955).

nização alguma; nesses casos a liderança reverte a um comerciante local ou a um fazendeiro para quem os residentes da localidade trabalham.

Cada freguesia ou sítio de uma comunidade constitui uma subunidade claramente distinguível. Seus habitantes, contudo, mantêm ligações com o centro urbano da comunidade e por isso mesmo acham-se inter-relacionados uns aos outros. Os moradores dessas vizinhanças visitam o centro urbano com maior ou menor frequência para fazer compras ou vender mercadorias, para batizar seus filhos, casar, pagar impostos, assistir a uma festa secular ou religiosa, ou para outras finalidades. Ficam conhecendo muitos dos residentes do centro urbano, mas poderão se sentir deslocados nesse ambiente mais amplo. Além do centro urbano os moradores de uma vizinhança, também, mantêm relações com residentes de outras freguesias dentro da constelação que forma a comunidade e até se casam entre si. As relações que existem entre uma vizinhança e outra, causadas por visitas feitas em ocasião de uma festa de santo, ou um jogo de futebol, contribuem para que os habitantes dessas subunidades se tornem conscientes da comunidade maior em que vivem e a qual pertencem.

Conforme foi dito antes, as comunidades da Amazônia são formadas classicamente por duas classes sócio-econômicas. A classe dominante desempenha um papel importante na união da comunidade. Compõe-se de indivíduos alfabetizados, de comerciantes, políticos, burocratas, proprietários de terras e, às vezes, até de profissionais. Vivem no centro urbano — ou frequentam constantemente o centro. Em contraste com o caboclo da zona rural, seu grupo de relações estende-se por toda a comunidade e vai mesmo além dela, atingindo toda uma região. Como são os patrões de uma grande variedade de indivíduos exercem — como classe — uma liderança real sobre as várias vizinhanças rurais.

Pode-se dizer que o tipo de uma comunidade amazônica é determinado pelas condições ecológicas específicas da localidade e de sua economia básica. Dentro da vasta região amazônica há uma variedade infinita de zonas ecológicas que se estendem desde a ilha de Marajó e Zona Bragantina até ao baixo Amazonas e as variadas regiões do alto Amazonas. Acresce ainda que num município, — e geralmente em qualquer uma comunidade como a que é definida aqui —, há em geral várias “micro-áreas ecológicas” conforme BORDALLO DA SILVA as denomina. Em cada uma dessas grandes zonas ecológicas, e

mesmo nas pequenas micro-áreas, há adaptações econômicas características — extração da borracha, colheita da castanha-do-pará, ou outro produto natural; cultivo da mandioca e outros produtos alimentícios; plantio da juta, pimenta-do-reino e outros produtos de exportação; exploração de madeiras de lei nativas; pesca nos rios e igarapés e no litoral; e inúmeras outras atividades. Qualquer zona, portanto, pode contar várias micro-áreas, cada uma com suas adaptações ecológicas características. Assim é que BORDALLO DA SILVA distingue e classifica cinco micro-áreas ecológicas perfeitamente características no município de Bragança: 1) área marítima ou de pesca; 2) área dos campos ou de pecuária e tabaco; 3) área das várzeas; 4) área da fibra; 5) área da farinha e cereais (BORDALLO DA SILVA, 1959: 7).

Uma comunidade amazônica encerra caracteristicamente várias micro-áreas — e, caracteristicamente, cada vizinhança da comunidade acha-se limitada a um tipo de adaptação ecológica de acordo com a micro-área específica da comunidade na qual se acha localizada. A micro-área específica e suas atividades econômicas características tendem a influenciar o padrão social do grupo, o tipo de relações entre os indivíduos e o

grau de coesão de um agrupamento rural ou freguezia amazônica.

Algumas dessas afirmações abstratas acêrca de um modelo, talvez possam ser melhor explicadas tomando por referência Itá, a comunidade amazônica, que eu conheço melhor. Itá é sede de um município, porém, a comunidade de Itá pròpriamente dita compreende apenas 1/5 do território total do mesmo município. Em 1950, a população do município, era de cêrca de 10.000 habitantes, dos quais sòmente cêrca de 2.000 (500 no centro urbano e parte dos 1.500 nas vizinhanças ou freguezias) tinham noção de pertencer a comunidade de Itá. Os demais iam a outros lugares, povoados ou vilas para atender suas necessidades essenciais. Relacionadas intimamente ao centro urbano existiam cêrca de 20 vizinhanças bem definidas que, conjuntamente com a cidade, formavam a comunidade de Itá.

A comunidade de Itá compreende duas micro-áreas: a área de "terra-firme" na mesma margem do Amazonas, em que a cidade está localizada; e as ilhas e várzeas do outro lado do rio. A adaptação econômica característica das vizinhanças localizadas em "terra firme" é constituída pelo cultivo do solo por roceiros que produzem farinha de mandioca e outros alimentos para seu próprio consumo e venda. A atividade econômica dos

habitantes das vizinhanças, localizadas nas ilhas e várzea, restringe-se a extração da borracha.

O tipo de atividade econômica da micro-área tende a determinar o padrão da distribuição da população e sua relação com a cidade de Itá. As vizinhanças formadas por roceiros na comunidade de Itá indicam, algumas delas, uma tendência para o padrão social nucleado. Os residentes dessas vizinhanças são propensos a ter relações diretas com as casas comerciais de Itá em vez do barracão local. Em geral essas vizinhanças possuem uma irmandade religiosa bem organizada e líderes reconhecidos. Nas vizinhanças habitadas por seringueiros, ao contrário, as habitações são esparsas e separadas entre si por uma distância que vai de 300 a 800 metros pela necessidade ao acesso às estradas que exploram. Os residentes destas vizinhanças acham-se fortemente ligados ao comerciante local — patrão e seringalista — o qual em geral mantém o seu estabelecimento na zona rural fora da cidade de Itá. Assim os moradores de uma vizinhança de seringueiros mantêm relações apenas indiretamente com a cidade através do patrão, do qual dependem pela concessão de crédito. Tais vizinhanças raramente possuem confrarias religiosas bem organizadas. Muitas vezes celebram festivamente o dia do santo

de devoção do patrão. O barracão serve ao mesmo tempo de capela e de sala para as festas locais. Na comunidade de Itá, as vizinhanças de roceiros e de seringueiros são organizadas de forma bastante diversa e suas ligações com o centro da comunidade são também diferentes.

IV

Finalmente, gostaria de sugerir ou lembrar aqui que iniciamos apenas o estudo sociológico e antropológico da Amazônia. Uma série de estudos empíricos das comunidades da Amazônia, em várias de suas subregiões, é necessário para pôr a prova e modificar as hipóteses apresentadas aqui e sugeridas pelos poucos estudos de que dispomos. No presente trabalho, voltei a endossar a análise esquemática de GALVÃO dos períodos de influência diferentes na formação da comunidade amazônica. Esta análise, baseada na história, é como a análise “de períodos” de LA FARGE, (1940), relativa a Guatemala, uma transposição de fatos e tendências históricas para o nível da comunidade. Projeta ao período histórico a concepção de estratificação do arqueólogo.

Procurarei também delinear um modelo abstrato de uma comunidade amazônica — o qual se constitui de um centro-urbano e suas

vizinhanças de moradores rurais agregados. Essas vizinhanças diferem entre si em termos de microecologia e aspirações econômicas básicas. Esses mesmos fatores tendem a determinar a forma que o agrupamento toma e suas relações com a comunidade maior. A estrutura da comunidade amazônica não difere, fundamentalmente da estrutura das comunidades de outras regiões do Brasil, porém, a vastidão da região e a força do meio ambiente concorrem para que apresente características únicas. Para os pesquisadores do futuro, fica a tarefa de estabelecer uma tipologia das vizinhanças rurais e comunidades da Amazônia, baseada na variedade das adaptações ecológicas.

SUMÁRIO

Apesar dos inúmeros volumes escritos por viajantes, naturalistas, geógrafos, etnógrafos, historiadores, folcloristas e outros, que tratam da ocupação humana no vale do Amazonas, o estudo da comunidade humana tem sido mais ou menos esquecido. Isso é mais verdadeiro se nos limitarmos à pesquisa que utiliza o método moderno de estudo de comunidade.

Como exemplos de estudos de comunidades modernas no Brasil ci-

taremos o de Cunha em São Paulo, por WILLEMS (1942); o de Itapetinga, em São Paulo, por NOGUEIRA (1962); o de Minas Velhas, na Bahia, por HARRIS (1956); e o realizado por mim e GALVÃO de uma pequena comunidade no vale do Amazonas em 1948-49 (WAGLEY, 1964; e GALVÃO, 1955).

Aqui, primeiramente, analisarei a formação das comunidades amazônicas através da história, procurando relacionar as mesmas ao cenário regional, distinguindo cinco épocas ou períodos cada qual marcado por processos característicos: 1. *Primeiras Comunidades Luso-brasileiras 1600-1754*. — 2. *Comunidades Civis Amazônicas, 1759 — 1850*. 3. 1850-1912 — *A Era da Borracha*. — 4. 1912-1942 — *Era da Decadência*. — 5. *De 1942 até o Presente — Uma Era de Transformação Social*.

Em segundo lugar, desejaria apresentar um modelo esquematizado da comunidade amazônica para a pesquisa futura. Uma comunidade amazônica é uma comunidade rural urbana. Possui um *centro* urbano, por excelência a *Sede do Município*, havendo porém outros conjuntos urbanos que podem servir de centro: uma serraria grande, uma *vila* em crescimento, ou mesmo um pòsto de missionários. — Ligados a tais centros há

uma série de agrupamentos rurais (ou melhor dizendo vizinhanças), que podem ter várias formas: 1) uma pequena vila ou povoado; 2) casas espalhadas ao longo de um rio ou igarapé; 3) ou ainda casas espalhadas numa grande propriedade ou fazenda. O tipo de uma comunidade amazônica é determinado pelas condições ecológicas específicas da localidade e de sua economia básica, havendo na região uma variedade infinita de zonas ecológicas que se estendem desde a ilha do Marajó e Zona Bragantina até ao baixo Amazonas. Acresce ainda que, em qualquer comunidade como a que é a definida aqui, há em geral várias "micro-áreas ecológicas" conforme BORDALLO DA SILVA (1959) as denomina. E em cada uma dessas zonas ecológicas e mesmo nas pequenas micro-áreas há adaptações econômicas características.

No presente trabalho voltei a endossar a análise esquemática de GALVÃO (1955), dos períodos de influência diferentes na formação da comunidade amazônica: essa análise, baseada na história, é como a análise "de períodos" de LA FARGE (1940), relativa a Guatemala, uma transposição de fatos e tendências históricas para o nível da comunidade. Procurarei, também, delinear um modelo abstrato de

uma comunidade amazônica, que se constitui de um centro urbano e suas vizinhanças de moradores rurais agregados. Para os pesquisadores futuros fica a tarefa de estabelecer uma tipologia das vizinhanças rurais e comunidades da Amazônia baseada na variedade das adaptações ecológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGASSIZ, L. 1896, *A Journey in Brazil*. New York.
- ARENSBERG, C. M. & KIMBALL, S. T., 1965, *Culture and Community*. New York, Harcourt & Brace World, Inc.
- BATES, H. W., 1875, *The Naturalist on the River Amazon*. 3rd ed., London.
- BORDALLO DA SILVA, 1959, *Contribuição ao Estudo do Folclore Amazônico na Zona Bragantina*. Belém.
- DIÉGUES JUNIOR, M., 1960, *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.
- GALVÃO, E., 1955, *Santos e Visagens: Um Estudo da Vida Religiosa de Itá: Amazonas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Brasiliana vol. 284.
- HARRIS, M., 1956, *Town and Country in Brazil*. New York.
- LA FARGE, O., 1940, *Maya Ethnology: The Sequence of Cultures in the Maya and their Neighbors*, New York.
- NASH, R., 1926, *Conquest of Brazil*. New York.

- NOGUEIRA, O., 1962, *Familia e Comunidade*; Um Estudo Sociológico de Itapetininga, São Paulo. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.
- REDFIELD, R., 1955, *The Little Community*. Viewpoints for the study of a human whole. Chicago, University of Chicago Press.
- REIS, A. C. F., 1942, *Sintese da História do Pará*. Belém.
- SMITH, H. T., 1879, *The Amazon and the Coast*. New York.
- VERÍSSIMO DE MATTOS, J., 1887, As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil*. 50 (1):
- WAGLEY, C., 1964, *Amazon Town: a Study of Man in the Tropics*. 2nd ed., New York, Alfred A. Knopf.
- WILLEMS, E., 1942, *Cunha: Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil*. São Paulo.

